

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO AMAPÁ-BRASIL: PROJETOS, AÇÕES E EFEITO DA COVID-19 EM UM POLO DA AMAZÔNIA LEGAL

Filipe de Oliveira Guimarães¹
Jadson Luís Rebelo Porto²

RESUMO:

Quarenta e quatro anos se passaram desde o I Plano de Turismo da Amazônia (PTA) e sensação que se tem é que a região continua uma “terra sem turistas” mesmo sendo possuidora de potencial principalmente para atividade ecoturística. A pesquisa cujo método é bibliográfico, documental e exploratório, teve como objetivo analisar o quadro turístico mais recente do Macapá, antes que os efeitos da pandemia Covid-19 se tornassem reais. O principal resultado da pesquisa consiste no levantamento de informações que nos façam perceber a real situação do turismo em Macapá, o que deve ser recebido como o primeiro passo para o desenvolvimento de ações estratégicas coerentes que resultem em políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Macapá-AP; Turismo; Desenvolvimento Regional; Amazônia Legal.

TOURISM, SUSTAINABILITY, AND DEVELOPMENT IN THE STATE OF AMAPÁ – BRAZIL: PROJECTS, ACTIONS, AND EFFECTS OF COVID-19 IN A LEGAL AMAZON POLE

ABSTRACT:

Forty-four years have passed since the 1st Amazon's Tourism Plan (ATP), and the feeling is that the region remains a "land without tourists" even though it has potential mainly for ecotourism. This research, in which we used the bibliographic, documental, and exploratory methods, aimed to analyze the most recent touristic picture of Macapá before the effects of the Covid-19 pandemic became real. The main result of the research is the survey of information that makes us understand the actual situation of tourism in Macapá, which should be taken as the first step for the development of coherent strategic actions that result in effective public policies.

Keywords: Macapá-AP; Tourism; Regional Development; Legal Amazon.

TURISMO, SOSTENIBILIDAD Y DESAROLLO EN EL ESTADO DE AMAPÁ-BRASIL: PROYECTOS, ACCIONES Y EFECTOS COVID 19 EN UN POLO DE LA AMAZONIA LEGAL

RESUMEN:

cuarenta y cuatro años se pasaron desde el I Plan de Turismo de la Amazonia (PTA) y la sensación que hay es que la región continua una “tierra sen turistas” mismo siendo poseedora de potencial principalmente para actividad ecoturística. La investigación cuyo método es bibliográfico, documental y exploratorio, tiene como objetivo analizar el cuadro turístico más reciente de Macapá, antes que los efectos de la pandemia Covid-19 se tornaren reales. El principal resultado de la investigación consiste en el levantamiento de informaciones que hagan percibir la real situación del turismo en Macapá, lo que debe ser recibido como el primer paso para el desarrollo de acciones estratégicas coerentes que resulten en políticas publicas eficaces.

Palabras-clave: Macapá-AP; Turismo; Desenvolvimento Regional; Amazonia Legal.

¹ Doutor em Ciências da Religião pela UMESP. Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/ UNIFAP). E-mail: prof.filipeguimaraes@gmail.com.

² Doutor em Ciência Econômica pela UNICAMP. Professor Titular da UNIFAP. E-mail: jadsonporto1967@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil, localizado na fronteira setentrional, limítrofe à Guiana Francesa e ao Suriname (Figura 1). Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, começam a ser construídas e (re)pensadas políticas territoriais, seja para investir recursos privados externos com aval do setor público, inventar novos usos em seu território (PORTO, 2003; 2010; 2020), a exemplo do setor turístico.

Sobre o setor turismo, a posição periférica/estratégica amapaense em conjunto à sua condição fronteiriça (PORTO, 2020; PORTO; SILVA, 2010) permite analisar este espaço sob vários enfoques estimuladores à atração turística a este ente federativo, dentre as quais se destacam: sua posição geográfica estratégica na foz do rio Amazonas, com atrativos paisagísticos, gastronômicos, pesqueiros, aventureiros; limita-se a uma unidade ultramarina francesa, estimulando o comércio de produtos amapaenses e brasileiros no mercado do euro³; possui extensas áreas protegidas, seja por unidades de conservação ou terras indígenas: tal característica estimula atividades turísticas do ecoturismo, turismo cultural (seja pela expressão amazônica, seja pela identidade indígena) e artesanato de produtos regionais.

Figura 1: Localização do Estado do Amapá



Fonte: Google Imagens

Conquanto seja responsável pela maior faixa territorial brasileira esta apresenta serviços e políticas públicas truncados destinados ao setor da atividade turística, o que vem se exigindo atenções mais acuradas sobre o seu potencial turístico, as ações públicas e privadas de estímulo ao setor e a participação do setor na busca pelo desenvolvimento local.

A escolha da cidade do Macapá como objeto de pesquisa se justifica pelos seguintes fatores: É única capital brasileira banhada pelo Rio Amazonas; é a única capital atravessada pela linha zero do equador, onde se permite observar o fenômeno astronômico do equinócio nos meses de março e setembro; encontra-se a maior fortaleza construída da América Latina; possui um bem cultural que figura na lista do patrimônio mundial (Arte Kusiwa dos Wajãpis)⁴, como também vem atuando em turismo de negócio, notadamente após a sua

³ Porto (2020) identifica esta fronteira como a única “fronteira inversa” do país.

⁴ Para maiores informações acessar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>.

estadualização, em 1988, decorrente das expectativas de investimentos apresentadas ao novo Estado da federação.

Perseguindo uma melhor compreensão do quadro turístico do Macapá, antes da crise gerada pelo Covid-19, o presente texto objetiva refletir sobre a institucionalidade do setor turismo amapaense como construção tardia e incompleta em sua especialidade.

Para atender a este objetivo, parte-se da seguinte questão orientadora: Como se manifestou a institucionalidade do setor turismo amapaense na espacialidade estadual?

O texto aqui exposto é composto por duas seções: a primeira apresenta breves reflexões sobre as ações governamentais voltadas ao turismo na Amazônia legal; a segunda, expõe as institucionalidades o setor turístico do estado do Amapá.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADAS AO TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL

Embora as primeiras ações de políticas públicas de estímulo à economia regional amazônica sejam remetidas ao início do século XX, por conta da crise da exploração da borracha, pela criação da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA); passa pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mediante ao seu plano de valorização econômica regional, em 1958; avança na substituição desse órgão pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Porém, é somente a partir da década de 1970 que são criadas as primeiras políticas públicas voltadas para a busca do desenvolvimento, exposto no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) que provocou a criação do Decreto-lei 1.376/1974, responsável pelo nascedouro do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Assim, começava-se a organização de cenários para estimular o Turismo na Amazônia Legal (FARIAS, 2014).

Em 1977, a SUDAM lança o I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA), cujas ações deveriam ser implementadas entre os anos de 1980 e 1985, que continha como premissas: a proteção da natureza, os benefícios à participação e o respeito às culturas locais e o desenvolvimento econômico. Para a SUDAM (*op. cit.*, p. 37),

Sem dúvida alguma, uma das grandes vantagens comparativas que a Amazônia tem reside no conjunto de atrativos culturais, históricos, artísticos e acima de tudo, naturais que possui. Este conjunto forma um produto turístico de grande potencial, capaz de gerar fluxos de turistas que, ao gastar dinheiro na região, podem aumentar a renda regional [...]

No ano seguinte, 1978, o poder público assina o “Tratado de Cooperação Amazônica” (TCA) que teve como signatários os Estados: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento da Bacia Amazônica associado à preservação ambiental e proteção da cultura indígena, o que incluía o turismo (GRUBER, 2013).

Segundo o artigo XIII do TCA, as partes contratantes deveriam cooperar “para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais”.

Quatorze anos após o lançamento do I PTA, o governo entende que a situação do Turismo na Amazônia Legal ainda era muito frágil e precisava avançar para um estágio de

maior amadurecimento. Assim, a SUDAM, em 1992, decidiu criar o II Plano de Turismo da Amazônia (II PTA) inaugurando um novo ciclo.

A situação atual do ecoturismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia é ainda incipiente, pouco se sabendo sobre o que é, realmente, o ecoturismo e quais as suas características. Por consequência, menor ainda é sua aplicação efetiva aos aspectos construtivos e operacionais da infraestrutura existente (SUDAM/PNUD, 1992. p. 17).

Segundo Nascimento (2009), diferentemente das diretrizes traçadas no I PTA, as estratégias que direcionavam o II PTA não eram voltadas apenas para o setor econômico. Neste momento, além da preocupação econômica, a SUDAM passou a enfatizar a necessidade de se adequar à influência mundial, relacionando o turismo à sustentabilidade ambiental e social. É nesta circunstância que o turismo, em especial o ecoturismo, é posto como alternativa para o desenvolvimento da Amazônia.

Outra ação apresentada no II PTA foi a definição daqueles que deveriam ser identificados como os polos prioritários para o desenvolvimento (FARIAS, 2014). A nova distribuição passou a ser:

- Polos turísticos consolidados: Manaus e a Região Metropolitana de Belém.
- Polos em desenvolvimento: Rio Branco e arredores do Acre; Macapá e arredores do Amapá; Litoral Paraense; Oeste Paraense; Sul Paraense; Porto Velho e arredores em Rondônia; Boa Vista e arredores em Roraima; Cuiabá e arredores do Mato Grosso; Vale do Araguaia Mato-Grossense e a Região Amazônica Mato-Grossense.
- Polos potenciais: várias pequenas cidades espalhadas em toda a Amazônia Legal⁵.

Assim, a principal modalidade turística eleita para ser trabalhada no âmbito da Amazônia Legal foi o ecoturismo, porém ainda era necessário entendê-la melhor. Utilizando-se do Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), criado em 1996, o Governo Federal desenvolve uma ramificação chamada Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), no ano de 1999, para pensar as ações turísticas voltadas a esta região.

O PROECOTUR foi estruturado em duas fases (pré-investimentos e investimentos). Na primeira, entre 2000 e 2005, as principais ações realizadas foram: planejamento do ecoturismo na Amazônia, gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas, fortalecimento do segmento ecoturístico e gerenciamento do programa. Porém, existiram outras ações como a realização do diagnóstico da oferta turística efetiva e potencial da Amazônia, estudos de mercado do turismo sustentável para a Amazônia, elaboração da estratégia de turismo sustentável para a Amazônia e a realização de 45 cursos de capacitação nos polos da Amazônia (GRUBER, 2013).

A segunda fase do PROECOTUR, que teve como marco o ano de 2007, refere-se à fase de investimentos que, baseados nos resultados obtidos, “implicam no fortalecimento institucional, Assistência técnica; Capacitação e Gerenciamento” (NÓBREGA, 2008, p. 160).

⁵ Amazônia Legal possui 15 polos ecoturísticos (no total abrangem 152 municípios), a saber: Polo Vale do Acre (AC), Polo Vale do Juruá (AC), Polo Amazonas (AM), Polo Sateré (AM), Polo Floresta dos Guarás (MA), Polo Floresta dos Guarás (MA), Polo Amazônia Mato-grossense (MT), Polo Guaporé (MT), Polo Tapajós (PA), Polo Belém / Costa Atlântica (PA), Polo Marajó (PA), Polo Rondônia (RO), Polo Cantão (TO), Polo Jalapão (TO), Polo Amapá (Todos os municípios); Polo Roraima (Todos os municípios). Fonte: <https://www.mma.gov.br/destaques/item/7751-p%C3%B3los-de-ecoturismo.html>.

Segundo dados mais recentes do Ministério do Turismo que se encontram disponíveis no portal da repartição⁶, o quadro dos turistas internacionais que visitaram o Brasil interessados em “Natureza, Ecoturismo ou Aventura”, se manteve estável no período de 2015-2018, porém, teve um leve aumento no ano de 2019 registrando a marca de 18,6%⁷, mantendo a categoria em segundo lugar quando o assunto são os atrativos que motivam os viajantes estrangeiros a visitarem o Brasil. Abaixo quadro estatístico:

Quadro 1 - Características e Motivações das viagens dos turistas Internacionais

Característica da viagem					
	2015	2016	2017	2018	2019
Motivo da viagem	(%)				
Lazer	51,3	56,8	58,8	58,8	54,3
Negócios, eventos e convenções	20,2	18,7	15,6	13,5	15,4
Outros motivos	28,5	24,5	25,6	27,7	30,3
Motivação da viagem a lazer	(%)				
Sol e praia	69,4	68,8	72,4	71,7	64,8
Natureza, ecoturismo ou aventura	15,7	16,6	16,3	16,3	18,6
Cultura	12,1	9,7	9,0	9,5	13,4
Esportes	1,5	1,3	1,5	1,6	2,4
Viagem de incentivo	0,2	0,1	0,1	0,2	0,3
Outros motivos	1,1	3,5	0,7	0,7	0,5
Lazer relacionado a grandes eventos	--	2,8	--	--	--
Outras motivações de lazer	1,1	0,7	0,7	0,7	0,5

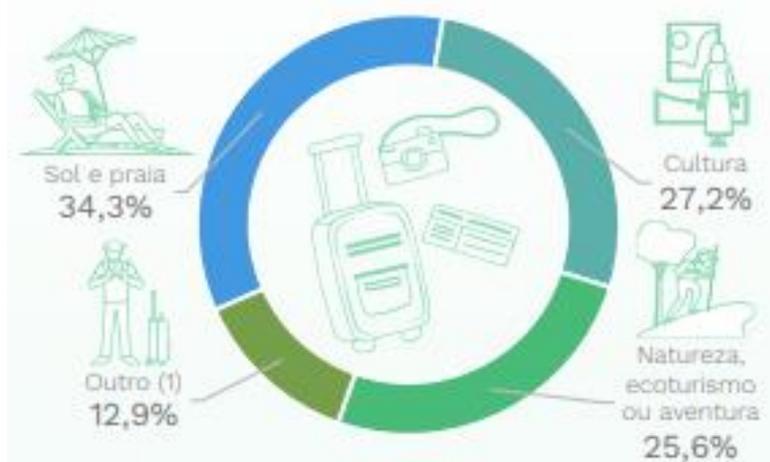
Fonte: Mtur – Dados e Fatos: Estudo da Demanda Turística Internacional – 2015- 2019.

No que tange a esfera doméstica, o Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro (2019)⁸ indica que a categoria “Natureza, Ecoturismo ou Aventura”, ocupa o terceiro lugar na preferência nacional, 25%, ficando atrás das modalidades “Sol e Praia” com 34,3% e “Cultura” cujo percentual é 27,2%, conforme indica a figura 2.

⁶ Os relatórios estatísticos encontram-se no endereço: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>.

⁷ Segundo Anuário Estatístico de Turismo 2020 – Ano Base 2019 (pág. 16), O Brasil recebeu 6.353.141 turistas em 2019. Ou seja, 18,6% equivale a 1.181.684 turistas. A maior parte interessada em desfrutar da atividade turística na Amazônia Legal.

⁸ Endereço para obtenção das informações: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-nacional.html>.

Figura 2: Motivo da viagem pessoal a lazer entre os turistas domésticos

Fonte: Mtur – Dados e Fatos: Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro - 2019.

Contudo, o mesmo documento, que analisou 21,4 milhões de viagens, indica que entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a que menos recebe turistas nacionais, registrando a marca de 7,9%. Apesar das ações, o desenvolvimento do Turismo tem sido inferior na região quando comparado as demais regiões brasileiras, sobretudo quando o foco é atrair o turista nacional.

Segundo Nascimento (2009) este descompasso possui várias variáveis, ei-las: fatores políticos, que se revelam principalmente pela descontinuidade das ações políticas a cada eleição; administrativos, pois os gestores e técnicos não estavam suficientemente preparados quantitativa e qualitativamente para atender as necessidades operacionais que viabilizassem a continuidade do Programa; e econômicos, com ocorrências de não liberação dos recursos previstos, na esfera federal da administração pública.

Para Farias (2014) os investimentos trazidos para o desenvolvimento do turismo na Amazônia foram explicitamente mal direcionados, trazendo como consequência impactos ambiental e social na região. Apesar de seguir perspectivas inovadoras no que tange ao processo de desenvolvimento, o autor demonstra que o II Plano de Turismo da Amazônia continuou seguindo os mesmos critérios de planejamento do anterior, isso porque não se tinha como prioridade o planejamento participativo; como também, inexistia o monitoramento dos impactos ambientais dos empreendimentos turísticos, e completamente desarticulados à dinâmica da região.

O PROECOTUR, então, que visou desenvolver e dinamizar os polos ecoturísticos selecionados em âmbito dos Estados da Amazônia Legal, ainda é visto como uma promessa de desenvolvimento sustentável do turismo para a região amazônica que, assim como o I e o II PTA, foi ineficiente no sentido de promover maior articulação entre as instâncias de governança local o que ocasiona uma série de incertezas e frustrações, principalmente relacionada a população local.

turísticos complementares (Montanhas do Tumucumaque) no município de Serra do Navio e em Cutias do Araguari (Pororoça).

Figura 3 - Municípios abrangidos pelo PDITIS- polo-roteiro Maracá-Cunani



Fonte: Google Imagens

Segundo Porto et al. (2010), a proposta dos Polos Regionais Turísticos compartimentaliza o planejamento do setor turismo econômico para o Estado do Amapá por sub-regiões, em escalas intermediárias, que precisam ser mais bem caracterizadas. O PDITS, por sua vez, atua em áreas de maior impacto dos investimentos em execução do Estado, seja pelas instalações já efetivadas, seja pelas expectativas criadas para as áreas localizadas acima da linha do Equador.

No período de 2004 a 2013 não existia uma política formalizada por lei, ou decreto, para o setor turismo amapaense. Contudo, isso não significa a inexistência de um modelo ou forma de política de turismo no Estado. Observou-se que as ações turísticas eram baseadas em programas e projetos elaborados pela Secretaria Estadual de Turismo. Algumas dessas ações ocorrerão no âmbito da inventariação a partir de 2004⁹.

Segundo Conceição e Conceição (2015), um projeto notório foi o “Programa Pró-Turismo-AP” (2003 -2013) que tinha como objetivo construir e implementar o “Programa Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá”. Suas principais metas eram criar conferências estaduais votadas ao Ecoturismo; estratégia de desenvolvimento do turismo; seminários demonstrativos de arranjo produtivo e potencialidade econômica do Ecoturismo no Amapá; estudos e elaboração da estratégia de desenvolvimento da Pesca Esportiva; planejamento com estudos de capacidade de carga para implantação de trilhas interpretativas em áreas naturais; criação de empregos diretos e indiretos; aumento do fluxo de turistas. Ações que ajudaram a diversificar e incrementar o produto turístico do Estado.

⁹ A proposta foi a de construir um inventário a cada dois anos, tendo como meta inventariar os 16 municípios do estado através dos seus polos turísticos, servindo como instrumento base de informações para fins de planejamento, tomada de decisão e gestão de atividade turística (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2015).

O Instituto Municipal de Turismo de Macapá (MACAPATur) até a presente data realizou quatro pesquisas, anos de 2015, 2017, 2018 e 2019, voltadas ao mercado de turismo da capital amapaense, analisando as atividades: meios de hospedagem, economia do turismo, transporte aéreo e alimentação. Um dos resultados obtidos com estas investigações foi a construção de um observatório de Turismo inaugurado em 2021.

As pesquisas apontam para a fragilidade do setor turístico da Capital do Estado e a necessidade de investimentos mais arrojados por parte da esfera pública, contudo merece destaque a criação do Bioparque da Amazônia inaugurado em 2019, um atrativo importante que se bem explorado pode ajudar no progresso do Turismo em Macapá.

Um dos fatores mais prejudiciais para o setor turístico de Macapá, e do estado Amapá como um todo, baseia-se na constatação de que a capital ainda não é percebida como um destino turístico voltado ao lazer como pode ser constatado em todos os censos realizados no município.

Registra-se que mesmo antes da crise com o Covid-19, uma sensação de desânimo já era constatada no setor de hospedagem. Uma das perguntas feitas aos proprietários dos equipamentos de hospedagem, no censo de 2018, foi se estavam satisfeitos com o seu negócio e a grande maioria, 68% dos entrevistados, sinalizaram que estavam insatisfeitos. As quatro principais causas geradoras desta falta de motivação foram: custo elevado com energia elétrica (100% respondeu que estava insatisfeito), falta de marketing (92% acham são deficitários área), falta de clientes (82% não está satisfeito com a procura) e encargos tributários (67% entende que as taxas são pesadas) (MACAPATUR, 2018).

Segundo Mtur (2018), o Macapá tem um dos menores índices de competitividade do Brasil, em todos os itens avaliados pelo Mtur anualmente, entre 2008 à 2015, a saber: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.¹⁰

Chama-se atenção para a necessidade de trabalhar o Turismo segundo proposta de regionalização elaborada pelo Mtur, através do Programa de Regionalização do Turismo, que além de ter o potencial de definir estratégias que beneficiarão a Capital e seu entorno, elevarão o nível de sustentabilidade nos quatro pilares da atividade turística, a saber: ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional.

As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional (MTUR, 2007, p.15)

É fundamental que todas as dimensões da realidade sejam contempladas pelas políticas públicas ligadas ao turismo, harmonizando a necessidade do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, promovendo o turismo sustentável.

¹⁰ Os índices podem ser consultados em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que apesar do Macapá ser um dos polos turísticos que integram a Amazônia Legal, possuidor de potencial turístico para o Ecoturismo, o I e II Plano de Turismo da Amazônia, agregado às ações estaduais e municipais, não foram suficientes para transformar este polo em um destino mais visitado por turistas, posicionando a atividade turística como um dos pilares econômicos da região.

Se comparado a maioria das capitais brasileiras, o setor turístico de Macapá terá maiores dificuldades para se reerguer após a pandemia, uma vez que, além dos fatores abordados na pesquisa, a capital tem um dos menores índices de competitividade do Brasil em todos os itens avaliados pelo Mtur.

Como estratégia de recuperação, ou de avanço, compreende-se que uma maior harmonia com o Programa de Regionalização do Turismo poderá render bons frutos para o turismo macapaense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. DADOS ABERTOS. **Índice de Competitividade**. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

MACAPATur. Prefeitura do Macapá. **Censo do Turismo de Macapá**, 2018.

CONCEIÇÃO, C. C.; CONCEIÇÃO, C. C. DA. A Elaboração das políticas públicas de turismo do estado do Amapá com base nos instrumentos políticos proposto por Bramwell. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 2, 30 dez. 2015.

FARIAS, K. S. DA S. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 2, 31 dez. 2014.

GRUBER, S. D. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 13, núm. 1, abril, 2013, pp. 105-119.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: as transformações da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates** - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, NERU, Ano XVI, nº 39, p. 48-64, 1996.

II Plano de Turismo da Amazônia: 1992 -1995. Belém: SUDAM. 1992. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em

<https://www.mma.gov.br/destaques/item/7751-p%C3%B3s-de-ecoturismo.html>. Acesso em 21/08/2020.

Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em 23/08/2020.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas Públicas de ecoturismo e participação:** a trajetória do PROECOTUR no Pólo Belém/Costa Atlântica. Belém: UFPA/NAEA, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará.

NÓBREGA, W. R. M. Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. In Figueiredo, S. L. (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional.** Belém: UFPA/NAEA. 2008.

NÓBREGA, W. R. M. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira:** Reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013), 2014. Maringá: Uniedusul, 2020.

PORTO, J. L. R. A construção da condição urbana-metropolitana amapaense. **Acta Geográfica.** v. 12, p. 145-159, 2018.

PORTO, J. L. R. Reinvenções do uso do território amapaense. In: Lígia T. L. Simonian. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.** 1 ed. Belém: NAEA/UFPA, 2010, p. 91-113.

PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GONÇALVES, E. M. P.; ALENCAR, O. A.; ISACKSON, S. C. C. Polos Turísticos Amapaenses: Novas Dinâmicas Territoriais em Um Estado em Construção. In: **Anais** do 4º Congresso Latino Americano de Investigación Turística. Montevideu: Universidad de la República, 2010.

PORTO, J. L. R. **Amapá:** Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. De Periferia a Espaço Estratégico: A Construção da Condição Fronteira Amapaense. **Anais** do 5º Workshop da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de turismo da Amazônia/SUDAM** (v.1). Departamento de Setores Produtivos da Amazônia.1978.

*Recebido em 07/10/2022
Aprovado em 04/01/2023*